

CULTURA ESCOLAR E JUVENTUDES

Data de submissão: 26/07/2024

Data de aceite: 02/09/2024

Gisania Carla de Lima

Centro Universitário FAVENI - UNIFAVENI
Brasil
<https://lattes.cnpq.br/7729794987552863>

RESUMO: A escola exerce uma função importante ao contribuir para a formação das juventudes no campo e na cidade, promovendo experiências que tornam o acesso à educação estratégico para o enfrentamento dos dilemas da condição juvenil na contemporaneidade. Desse modo, o presente texto apresenta uma reflexão acerca de aspectos da relação cultura escolar e juventudes, considerando o reconhecimento e valorização do sujeito jovem em seu processo formativo e na prática educativa, o que serve para a superação dos impasses e conflitos geracionais, bem como para que a escola exerça sua função integradora de forma contextualizada. Para isso realizamos uma revisão bibliográfica acerca da temática com as contribuições de autores como Abramoway (2015), Freire (1987, 1996), Groppo (2015, 2017), Laraia (1997), Souza (2011), entre outros, compondo o desenho do referencial teórico-metodológico

empregado neste texto. Identificamos que a cultura escolar se caracteriza como uma cultura “adultocrata”, que pode invisibilizar as experiências e representações de uma cultura juvenil no ambiente escolar, que prejudicam o processo de formação mais integral. Ponderamos o caminho do diálogo como recurso, que contribui para práticas que estabeleçam uma cultura no contexto escolar e supere impasses nesse contexto, exercendo uma função integradora, com vistas às mudanças e melhoria nos processos educativos.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Juventude. Cultura.

SCHOOL CULTURE AND YOUTH

ABSTRACT: The school plays an important role in contributing to the youth training in the countryside and in the city, promoting experiences that make access to education strategic for facing the dilemmas of youth condition in the contemporaneity. Thus, this text presents a reflection on aspects of the school culture and youth relation, considering the recognition and appreciation of the young subject during the training process and educational practice, which serves to overcome generational impasses

and conflicts, as well as for the school practices its integrative function in a contextualized way. To this end, we carried out a bibliographical review on the topic with the contributions from authors such as Abramoway (2015), Freire (1987, 1996), Groppo (2015, 2017), Laraia (1997), Souza (2011), among others, composing the design of the theoretical-methodological reference used in this text. We identified that the school culture is characterized as an “adultcratic” culture, that can make the youth culture experiences and representations not viable in the school environment, which harm a more integral training process. We ponder the dialogue path as a resource, which contributes to practices that establish a culture in the school context and overcome impasses in this context, exercising an integrative function, to provide a view to changes and improvements in educational processes.

KEYWORDS: School. Youth. Culture.

1 INTRODUÇÃO

A instituição escolar exerce sua função social promovendo processos formativos que instituem aprendizados, comportamentos para os sujeitos que estão inseridos em seus ambientes. Para desenvolver esses processos, conta com o empenho de profissionais que, mediante formação específica e conduta adequada, contribuem para a formação de crianças, adolescentes e jovens, expressando um conjunto de práticas, que passa a caracterizar uma cultura escolar.

As juventudes vão à escola, encontram-se, relacionam-se e a partir de suas experiências, apresentam demandas que ultrapassam questões dos conteúdos disciplinares e evidenciam outras dimensões da vida dos jovens, que cooperam para definir uma cultura que lhes representa. É preciso considerar que as relações, interações e representações desse sujeito histórico merecem nossa atenção, pois compõem o cenário de alguns fenômenos educativos que precisamos compreender, bem como as possibilidades criadas com a visibilidade dada à cultura juvenil na escola.

Neste texto reafirmamos que a escola, ao contribuir com a formação de juventudes no campo e na cidade, torna o acesso à educação estratégico para o enfrentamento dos dilemas contemporâneos da condição juvenil, com mudanças nos projetos de vida dos jovens, como aborda Stropasolas (2006). Contudo, destacamos que em alguns processos formativos, práticas de silenciamento persistem tornando a escola um lugar de invisibilidades das práticas juvenis, causando impasses e conflitos geracionais entre jovens e adultos.

Nossa motivação para elaboração do texto nasceu com os questionamentos despertados em nossa trajetória profissional, dentro e fora da escola; como professora na educação básica e superior, e como educadora acompanhando projetos sociais com as juventudes no estado da Paraíba. Além disso, indícios e pistas levantadas com observações *in loco* do cotidiano escolar de uma escola pública estadual, no interior do estado, no município de Pilões¹, no momento da realização de nosso estudo de tese, indicaram a relevância do tema desenvolvido servindo para delinear a reflexão que apresentamos.

¹ O município de Pilões fica cerca de 120 km da capital, João Pessoa, na microrregião do Brejo paraibano.

A partir de revisão bibliográfica acerca da temática apresentada, compomos o desenho do referencial teórico-metodológico empregado com as contribuições de autores como Abramoway (2015), Freire (1987; 1996), Groppo (2015; 2017), Laraia (1997), Souza (2011), entre outros. Apresentamos uma reflexão acerca de aspectos da relação cultura escolar e juventudes, como as representações juvenis no espaço escolar, o reconhecimento e valorização do sujeito jovem em seu processo formativo e na prática educativa, e a função integradora exercida pelo diálogo.

Iniciamos perguntando: qual o conceito de juventude? O que devemos considerar acerca da condição juvenil na contemporaneidade? Como se configura a relação escola e juventude? Na tentativa de definir juventude, percebemos que esse conceito expressa complexidade, fluidez; e como categoria social, é representação sociocultural da multiplicidade das experiências juvenis com práticas plurais, territórios, identidades. Dessa forma, para refletir sobre as juventudes e sua relação com a escola consideramos que não existe apenas uma forma de viver a juventude, não existe apenas uma juventude, uniforme, homogênea, mas juventudes considerando suas especificidades, singularidades, particularidades (Groppo, 2017; Castro, 2015).

Quanto à escola, partimos da afirmativa de que ela não representa o único lugar para a promoção da educação, como trata Brandão (1986), ou seja, para a formação dos jovens, tendo em vista que as juventudes estão convivendo em espaços variados, que geram e potencializam aprendizados integrados especialmente à sua condição social. É fato que a escola precisa conhecer essa condição do ser jovem e colaborar adequadamente para uma formação que favoreça ações de enfrentamento dos desafios vivenciados nas últimas décadas pela escola. Por isso, trazemos neste texto a discussão sobre a necessidade de evidenciar o jovem como sujeito ativo, de incluir aspectos relevantes das práticas juvenis no processo formativo escolar, e de abordar o diálogo como um recurso que contribui para uma educação humanizada, pois este se constitui como prática significativa para processos formativos emancipadores.

Tratamos o diálogo como um meio para estabelecer relações, interações, participação, autonomia dos sujeitos através da prática, possibilitando mudanças nos ambientes escolares, e conseqüentemente na cultura produzida nesses ambientes. Já o conceito de cultura, institui-se como conjunto de práticas humanas em contextos variados, que configuram representações, identidades, pertencimentos, permitindo relações sociais dos homens entre si e com o mundo que os rodeia.

Dessa forma, a reflexão acerca de aspectos da relação cultura escolar e juventudes, aponta para questões importantes nas relações entre os sujeitos, as práticas no contexto das instituições, evidenciando caminhos/possibilidades que contribuem com a promoção de uma cultura escolar diferenciada favorável às melhorias nos processos formativos.

2 JUVENTUDE: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM CONCEITO

A ideia de juventude é concebida no bojo das transformações sociais ocorridas a partir do século XIX, com a concepção de sociedade moderna, marcada pela institucionalização dos Estados nacionais; o fortalecimento e ampliação do sistema capitalista com a industrialização; o fenômeno da urbanização, da abolição da escravatura, que corroborou com a destruição da família patriarcal e o desaparecimento de pequenas propriedades. A instalação desse modelo de sociedade promoveu individualidades, complexidade; consolidou a perspectiva organicista, a racionalidade lógica e a tendência funcionalista e mecânica acerca da organização social; e, influenciou profundamente as relações, as representações, bem como os procedimentos que buscavam compreender e explicar os fenômenos sociais através da interpretação científica (Durkheim, 2003; Bauman, 2010).

Papéis sociais se legitimaram com o aprendizado em torno de regras de conduta e normas, que passaram a ser seguidas por todos os indivíduos, graças à legitimidade das instituições sociais responsáveis pela transmissão desses papéis, por modelar, disciplinar e controlar comportamentos, a fim de garantir o progresso e o bom funcionamento da sociedade. Consequentemente, os comportamentos adquiridos passaram a consistir o “conjunto de expectativas associadas em torno de uma função” social que deveria ser desempenhada (Teles, 1993, p. 50).

A aquisição dos conhecimentos necessários para o cumprimento dos papéis sociais foi possibilitada pela consolidação das institucionais que exercem controle, instalam processos de adaptação e integração dos indivíduos à nova ordem social (Martins, 1994; Teles, 1993), estabelecendo, dessa maneira, uma condição social para estes.

Com o reconhecimento dos sujeitos sociais, a juventude despontou como novo e extraordinário sujeito histórico e cultural, com uma trajetória consolidada com experiências na vanguarda das transformações sociais no século XX (Melucci, 1996; Cassab, 2011). A juventude se constituiu, portanto, como uma *invenção* da sociedade moderna, porque esse modelo de sociedade estabeleceu a institucionalização do curso da vida, trazendo à tona nuances da vida em ebulição, dando vazão às experiências para as quais as juventudes se lançam, e que não corresponde nem à infância, nem à adolescência, nem à vida adulta, mas que ganhou sentido próprio de existência. Ao instituir seu lugar e representação social, os jovens buscam *ser*, experimentam com vitalidade e ousadia seu tempo, projetam suas expectativas e aspirações futuras para poder se inserir, integrar, por meio de práticas que retratam sua condição social.

Na existência da juventude verificamos as características de uma categoria socialmente construída, fluída, imprecisa, transitória, variável e heterogênea. Ao incorporar o aspecto plural, consideramos as subcategorias do recorte sócio-histórico (classe social, religião, mundo rural/urbano, gênero, raça, etnia), e as identidades juvenis, formadas a partir de sua inserção em espaços variados de vivências no contexto contemporâneo, como verificamos na citação a seguir.

“... toda sociedade constrói representações sociais e atribui determinados valores à juventude a partir de um recorte geracional. Ao mesmo tempo, não desvincula isso das especificidades de cada situação social vivida a partir dos condicionantes de classe, gênero, pertencimentos étnico-racial, etc” (Leão & Rocha, 2015, p. 19).

Assim, com a organização social das juventudes, destacamos para o importante papel integrador que exerce e a delimitação de lugares sociais que as legitimam como sujeito histórico e de direito, protagonista de sua história.

A reflexão sobre as juventudes nos permite compreender transformações pelas quais a sociedade vem passando ao longo dos tempos, como aponta Groppo (2015), ao se referir à relevância dos estudos realizados com essa temática, “... acompanhar as metamorfoses dos significados e vivências sociais da juventude é recurso iluminador para o entendimento das metamorfoses da própria modernidade...” (Groppo, 2015, p. 12).

Para Velho (2006) é necessário qualificar a juventude com atenção ao que particulariza os jovens e possibilita o entendimento sobre fenômenos socioculturais ao apontar que “Colocar juventude no plural expressa a posição de que é necessário qualificá-la, percebendo-a como uma categoria complexa e heterogênea, na busca de evitar simplificações e esquematismos [...]” (Velho, 2006, p. 192).”

Atentando também para as contribuições de Melucci (1996), lembramos que o tempo da juventude é caracterizado de duas maneiras: como tempo interior, destinado às experiências internas, afeições, emoções; e tempo exterior, de experiências a partir de sua inserção em espaços vários, e que garante engajamento e pertencimento. Neste tempo de experiências, os jovens estão se relacionando na escola e em outros espaços públicos, dialogando com o mundo que os cerca, consolidando práticas forjadas na compreensão de sua própria condição social e identitária, se representando e traçando uma cultura juvenil. Artes², vestuário, esportes, contexto social, religiosidade, discursos³, entre outros, passam então a compor traços relevantes dessa cultura que vem sendo compreendida e apropriada pelas juventudes, e também se modifica com as gerações.

Muito se diz sobre o que a juventude deveria ser e não é a partir de padrões aceitáveis para seu comportamento e conduta, sem atentar para o que a juventude revela acerca dos acontecimentos que cercam a sociedade. É necessário compreender como ela vive seu tempo, sua condição, pois cada juventude vive suas experiências em um contexto social que lhe confere uma dinâmica existencial singular, particular.

É assim que o estudo dos temas relacionados à juventude revela as singularidades e particularidades de um sujeito, que estabelece relações com o mundo social a partir de uma cultura que representa seu tempo, suas práticas e que dialoga com outros nas instituições sociais, especialmente a escola, como é o caso da reflexão que apresentamos neste capítulo.

2 A cultura *hip-hop* envolve música e dança que dá visibilidade às questões sociais enfrentadas pelos jovens nas periferias.

3 O discurso identitário enfatiza a busca por pertencimento e representação das juventudes.

3 TRAÇANDO O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO

O modelo de educação que se instituiu na segunda metade do século XX, consolidou-se com a explosão demográfica mundial, os imperativos da criação de polos de desenvolvimento na década de 1970, e sua iminente expansão diante da demanda apresentada pelas populações dos países em desenvolvimento. Isto fez com que a população jovem desses países fosse incluída significativamente na perspectiva de desenvolvimento social proposto naquele período, sendo a escolarização dessa parcela da população planejada para garantir uma formação que corroborava com esse propósito (Faurè, 1972).

Na década seguinte, no Brasil, a Constituição Federal – CF/88 estabeleceu a educação como um direito social fundamental, público e subjetivo, legalmente reconhecido com as ações legítimas dos governos para implantação de políticas públicas. É desse modo que o significado legal atribuído à educação pôde ser desvinculado da noção de privilégio, de benefício concedido, afirmando-a como direito que outorga ao Estado o papel de promover educação com um olhar cuidadoso e compromissado com a escola pública, uma vez que ela representa um forte elo entre a sociedade e o Estado (Teixeira, 2009; Araújo; Cassini, 2017).

A concepção de educação dominante evidenciada no contexto escolar mostrou a força das tendências pedagógicas conservadoras nas instituições com um ensino fundamentado na transmissão de conhecimentos sistematizados, culturalmente acumulados, caracterizando a educação bancária, tratada por Freire (1987). O conhecimento nesse modelo educacional é doação e não construção; o professor desenvolve uma metodologia para favorecer o depósito de conteúdos; e os alunos assumem uma postura passiva no processo de ensino e aprendizagem (Freire, 1987; 1996).

Segundo Meksenas (1992), apesar da influência historicamente marcante da pedagogia tradicional na educação brasileira, outras tendências passaram a ser desenvolvidas na escola, a partir do século XX, o que assegurou uma perspectiva que tornou possível incorporar práticas pedagógicas diversificadas na escola. O autor aborda esse aspecto da realidade educacional brasileira discutindo questões metodológicas que diferenciam as tendências e revelam o alcance dos resultados desta perspectiva.

Os desafios da educação brasileira não se referem apenas ao desenvolvimento de uma tendência pedagógica adequada para os contextos escolares, mas apontam para a necessidade de superar dificuldades encontradas com a expansão do processo de escolarização para todos os níveis da educação básica, agravadas com os fenômenos ocorridos nas últimas décadas, e com a manutenção de uma cultura (prática) escolar, que resulta em processos educativos que promovem padronização, seleção e negação do outro.

Abrimos um parêntese para apresentar o conceito de cultura que fundamenta nossa reflexão, tomando como referência Laraia (1997), que a define como processo complexo que se encontra em contínua transformação, e não simplesmente verificado por critérios baseados em fatores biológicos ou geográficos. Para o autor o conceito nasce da interação social inteligente, que toma como referência os símbolos e os meios de comunicação; ressaltando que nos mais variados ambientes de interação, são institucionalizadas práticas que assumem a função integradora e representativa das ações humanas definidoras da cultura. Assim, caracterizamos as práticas do ambiente escolar como formadoras de uma cultura escolar, com o objetivo de compreender sua influência no estabelecimento e manutenção das relações no cotidiano.

A cultura escolar reforça uma concepção de cultura definida como “[...] tudo o que seja característico sobre o ‘modo de vida’ de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social” (Hall, 2016, p. 19), ao invés de abordá-la de forma mais ampla e menos limitada, ou seja, como “[...] um conjunto de práticas” (Hall, 2016, p. 20). Com isso, é possível perceber a possibilidade criadora e criativa desse conceito para as relações entre os sujeitos que estão interagindo no ambiente escolar.

Pesquisas sobre a educação brasileira têm apresentado informações essenciais para compreendermos a realidade educacional e conhecermos os problemas que a escola e os sujeitos têm enfrentado, e que têm influenciado as relações nesse ambiente. A Agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Notícias, divulgou em 2019 dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, em que metade da população brasileira com vinte e cinco anos de idade ou mais não concluiu o ensino médio. O estado da Bahia, por exemplo, apresentou o segundo pior resultado, 44,6% dos estudantes entre 15 e 17 anos não chegaram ao ensino médio, e os principais motivos para o abandono da escola entre os jovens é a busca por emprego/ocupação perante condições sociais desfavoráveis. Deste modo, desigualdades regionais e nacionais vêm persistindo nos indicadores da educação, alcançando um número de 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever.

Já no debate atual sobre mudanças ocorridas no sistema educacional brasileiro, destacam-se a implantação do novo modelo de ensino médio, a implantação no estado da Paraíba de educação integral para escolas de ensino médio, a Escola Cidadã Integral (ECI); e a regulamentação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), configurando um quadro que indica a necessidade de fortalecer o ideal em torno da construção de uma cultura participativa forjada na prática do diálogo. Vale destacar que é essa prática que motivou nossa reflexão onde buscamos compreender no cotidiano as possibilidades da relação cultura escolar e juventudes, para gerar mudanças e superar os dilemas.

Pontuamos também o impacto da eclosão da pandemia do Covid-19 na escola, no fazer docente e nas relações, evidenciando problemas estruturais da educação brasileira. As mudanças ficaram a cargo do Ministério da Educação e Cultura (MEC) junto aos governos

com vistas a dar continuidade ao processo educativo em todas as regiões do país onde foram incorporados instrumentos da Educação à Distância (EAD), transformando as salas de aula em ambiente virtual de aprendizagem, possível por conta do desenvolvimento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), que na história da educação no Brasil vêm desenvolvendo processos de democratização dos recursos tecnológicos, garantindo acesso e produção de conhecimento aos cidadãos. Apesar disso, com o cenário instalado na pandemia é preciso considerar a qualidade das condições de acesso aos recursos tecnológicos em todo o território nacional, bem como a influência desses recursos nas práticas pedagógicas.

A pandemia acentuou ainda mais os problemas educacionais, revelando desigualdades, colocando à margem populações menos favorecidas marcadas por diferenças de classe, regionais, entre outros. Quebrou modelos e desestabilizou processos educativos saturados por práticas que não atentam para a construção da autonomia dos sujeitos nem para as possibilidades emanadas de uma intervenção das juventudes na sociedade.

Esse contexto da educação colocou novamente para a escola a necessidade de dialogar para contextualizar processos, (re)significar aprendizados, para compreender práticas e vivências. É importante lembrar que nesse contexto as juventudes são chamadas para elaborar projetos de vida, ter uma visão de futuro, e por isso nutrem expectativas positivas com relação aos resultados. Por isso, faz-se necessária uma reflexão profunda para assumir uma postura comprometida com a construção de condições para atender às demandas que apresentam, considerando sempre as dificuldades e as possibilidades para superar problemas. Portanto, diante de um cenário educacional preocupante, com problemáticas estruturais, com condições desfavoráveis de acesso e permanência dos jovens em alguns contextos, encontramos as juventudes, seus dilemas, sua disposição para demarcar seu papel social, resistindo às invisibilidades e às mudanças do seu tempo.

Analisamos no tópico seguinte aspectos da relação escola e juventudes, vislumbrando a possibilidade para reinventar a cultura (prática) no ambiente escolar.

4 CULTURA QUE SE REINVENTA: DISCUTINDO RESULTADOS

Para compreender o processo que reinventa a cultura a partir da relação escola e juventudes, avaliamos dois aspectos fundamentais: as juventudes são criadoras de uma cultura com suas práticas e a cultura escolar é influenciada por um projeto de sociedade que busca formar indivíduos. As práticas das juventudes as representam como sujeitos de seu tempo, enquanto a cultura escolar possui contornos de superioridade e seletividade, com rituais que explicitam um descompasso entre a instituição e os sujeitos, estabelecendo uma relação marcada por alguns conflitos geracionais causados pela condição de ser jovem e ser adulto no ambiente escolar, que impactam no processo formativo, como tratamos anteriormente.

Abramoway (2015) caracteriza a cultura desse ambiente como uma cultura “adultocrata”, que se coloca muitas vezes numa posição contrária à cultura juvenil. Moreira e Candau (2003) apresentam o caráter da instituição escolar afirmando que ela “[...] sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e padronização” (Moreira; Candau, 2003, p. 161). Consequentemente, a escola tem se configurado como um espaço homogeneizador, com práticas que ocultam diferenças culturais, valorizando um “capital cultural” – com o favorecimento de um tipo de cultura em detrimento de outras –, realçando relações sociais de diferenciação, desigualdade e violência simbólica, como aborda Bourdieu (2003).

As práticas da cultura escolar buscam adequar jovens ao papel de estudantes, desconsiderando, em alguns casos, seu contexto social, suas particularidades, identidades, e a complexidade que envolve o termo juventude na contemporaneidade. Com isso produz invisibilidade desses sujeitos, que, por sua vez, têm consolidado suas práticas com uma cultura resultante de experiências adquiridas a partir de sua inserção em espaços variados de formação, e que demandam ser evidenciadas pela escola (Abramo, 2005; Novaes, 2011).

Analisando as contribuições dos autores e a realidade educacional discutida no tópico anterior, avaliamos que a escola deve (res)significar práticas para garantir uma especial atenção ao reconhecimento dos jovens como sujeito e as possibilidades de mudança que podem florescer para estabelecer processos formativos fundamentados nos princípios de uma educação humanizada. A escola precisará desenvolver a capacidade de melhorar seus relacionamentos e promover a escuta desses sujeitos, a compreensão dos contextos, representações e significados atribuídos às experiências juvenis, potencializando a participação das juventudes e incorporando suas práticas ao contexto escolar de aprendizagem.

Quando tratamos de mudanças nas relações e na integralidade da ação educativa, direcionamos nosso olhar para o professor/educador e a importância do diálogo. O sujeito professor/educador deve ser investigador, mediador, articulador, pesquisador crítico, capaz de assumir uma postura pedagógica reflexiva. Nesse sentido, para Arroyo (2000) a escola gira em torno desse sujeito, da sua qualificação e do seu profissionalismo, resultado de uma formação que favoreça engajamento, reflexão de mundo, busca por transformar e qualificar o ensino para melhorar a aprendizagem.

A prática pedagógica deve ser intencional, direcionada por relações e procedimentos que permitam a formação de uma identidade profissional e do fazer docente marcado por uma prática “[...] orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos e, inserida no contexto da prática social sendo então a prática pedagógica uma dimensão da prática social” (Veiga, 1994, p. 16). Segundo Tardif (2012), a construção do espaço pedagógico de trabalho se constitui com uma habilidade para resolver de forma eficaz situações no

cotidiano, expressando assim uma visão de mundo, de homem e de sociedade, já que o professor/educador também é detentor da condição de sujeito do processo educativo.

Isso mostra como devem ser norteados os processos educativos para que a escola se torne um espaço reflexivo, que agrupa perspectivas pedagógicas para dinamizar suas práticas e se fazer lugar para as juventudes, buscando prolongar o processo educativo para fora do padrão normativo e também para fora da escola, incluindo, como destacamos, as práticas juvenis, suas vivências e experiências (Brandão, 1986).

Assim, o cotidiano assume uma função que torna possível o conhecimento da realidade, com o entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e culturais que acontecem no ambiente escolar. Nesse caso, o cotidiano passa a representar uma perspectiva metodológica: “[...] é possível associar a ideia de presente, daquilo que acontece todos os dias e que implica rotina de repetição” (Stecanela, 2009, p. 3), permitindo criar estratégias de observação que favorecem a intervenção nos processos educativos favorável para repensar as práticas e as relações.

O diálogo pode ser construído nas dimensões espaço e tempo do cotidiano escolar para criar uma cultura diferenciada que (res)significa o processo de ensino e aprendizagem, e diminui a distância entre a cultura escolar e as juventudes. É através da presença sistemática e significativa das juventudes surgem como uma força de mudanças que podem ser negociadas e estabelecidas por meio do diálogo na escola.

Para entender o diálogo como recurso metodológico válido para uma prática pedagógica renovada e o reconhecimento dos sujeitos nos processos formativos, tomamos como referência a definição do diálogo encontrada na fundamentação teórico-filosófica no livro “Pedagogia do oprimido”, apresentada por Streck, Redin e Zitkoski (2016).

“[...] a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Através do diálogo podemos *dizer o mundo* segundo nosso modo de ver. Além disso, o diálogo implica uma práxis social, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora. Essa possibilidade abre caminhos para repensar a vida em sociedade, discutir sobre nosso ethos cultural, sobre nossa educação, a linguagem que praticamos e a possibilidade de agirmos de outro modo de ser, que transforme o mundo que nos cerca” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2016, p. 117).

Dessa forma, o diálogo possibilita dizer e interpretar o mundo, as relações, as práticas, porque não é fala vazia de sujeitos ou significados, ao contrário, contribui com a representação da condição social de jovens como sujeitos que têm participado de experiências históricas.

Para ressaltar a importância do diálogo, lembramos que a Base Nacional Comum Curricular⁴ (BNCC) (Brasil, 2017) direciona a aquisição de competência pelos estudantes/

4 Competência na BNCC é definida como “mobilização de conhecimentos, habilidades, atividades e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. A estrutura da BNCC apresenta direitos de aprendizagem, campos de experiências, objetivos de aprendizagem e competências/habilidades que devem ser adquiridas em todos os níveis da educação básica.

educandos da educação básica que consideram o diálogo como parte essencial dessa aquisição. No entanto, o diálogo representa mais do que parte de competência indicada; é possibilidade para uma concepção de educação que pode provocar intervenção eficiente na realidade, criatividade, busca dos sujeitos “no mundo, com o mundo e com os outros”, capaz de consolidar saberes que libertam e geram autonomia (Freire, 1987).

Souza (2011) ao abordar a participação da juventude nas políticas públicas e os conflitos geracionais existentes, apresenta o diálogo na forma de um diálogo intrageracional capaz de superar conflitos e recriar a cultura com práticas mais participativas. De acordo com a autora, esse diálogo se edifica numa perspectiva relacional e geracional nas dinâmicas sociais que envolvem sujeitos de gerações diferentes, que precisam discutir questões de interesse comum, para consensuar propostas e ações que melhoram a convivência e promovem aprendizados democráticos nos espaços públicos.

Deste modo, considerando algumas possibilidades dessa perspectiva no ambiente escolar, marcamos alguns resultados que podem contribuir para construção de uma cultura diferenciada:

- Cria um cenário de possibilidades quando promovida de forma ampla na instituição;
- Coopera para relações entre os sujeitos e para a participação ativa na realidade, e assim desenvolve uma prática consciente e engajada;
- Evidencia a necessidade de estabelecer consensos;
- Favorece como recurso a elaboração de novos saberes e experiências;
- Consolida a escuta atenciosa e a fala qualificada, garantindo um lugar da representação juvenil.

Quando pensamos nas possibilidades do diálogo para a escola, nos aproximamos da noção de educação cidadã que fundamenta uma cultura diferenciada, onde os sujeitos são formados para uma atuação relevante na sociedade, tendo em vista que o diálogo se amplia por toda a extensão da convivência social, revelando as condições sociais das juventudes, permitindo o reconhecimento e organização de um lugar para sua representação. Por conta disso, ressaltamos a relevância do diálogo para responder às demandas das juventudes, bem como dos demais sujeitos que se encontram e se relacionam no ambiente escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmamos que a discussão resultante da reflexão apresentada neste texto não se esgotou. Na verdade, vislumbramos na relação cultura escolar e juventudes um lugar de constante reflexão tanto acerca das relações, dos sujeitos, como da prática, pois muito são os sinais encontrados e que nos chamam para o comprometimento com o conhecimento e com a mudança nos processos educativos que envolvem as juventudes.

A escola na relação com as juventudes deve evidenciar as práticas criadas e experimentadas pelos jovens, reinventando cultura, influenciando o cotidiano e fortalecendo a noção de uma instituição que pode ser representada como espaço de processos dinâmicos, contextualizados e, portanto, significativos.

O diálogo se destaca como uma perspectiva metodológica que favorece a melhoria nas relações, o avançar no ideal de uma educação humanizada onde a condição juvenil seja qualificada pela configuração de novas visões de futuro e projetos de vida dos jovens para superação de precariedades e desigualdades sociais vivenciados por estes em alguns contextos. Por fim, o diálogo se constitui como um saber e constitui saberes que favorecem a realização de práticas que incidem nos ambientes escolares, produzindo um conhecimento importante que revela aspectos, nuanças das experiências e da trajetória escolar dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena, Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/ Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam (coord.); CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: Por que frequentam? Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ARAÚJO, Gilda Cardoso; CASSINI, Simone Alves. Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/RBEP**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 547-876, set./dez. 2017.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara: 1973.

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. Contribution to the construction of the categories! young person and youth: an introduction. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 17, n. 02 p. 145-159, 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do Campo – educação e a construção de um sujeito político (Posfácio). In: LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (org.). **Juventudes do Campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 13p. – 294p. (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução: Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAURÈ, Edgar. **Aprender a ser**. La educacion del futuro. Madrid: Alianza/ Unesco, 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul. 2015. ISSN: 1806-5023. Disponível em: file:///C:/Users/Marcus/Downloads/37828-132173-1-PB.pdf. Acesso em: 31 maio 2018.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: EdiPUC-Rio, 2016.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEÃO, G.; ROCHA, M. I. A. **Juventudes do Campo**/ Geraldo Leão, Maria Isabel Antunes –Rocha (organizadores). – 1. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2015. – (Coleção Caminhos da Educação do Campo)

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. 38. ed. São Paulo Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos).

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 1992.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Melucci Universidade degli Studi di Milano Tradução de Angelina Teixeira Peralva Publicado em: **Revista Young**. Estocolmo: v. 4, nº 2, p. 3-14, 1996. **Revista Brasileira de Educação**, maio/jun./jul./ago./set./out./nov./dez. 1997. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_03_ALBERTO_MELUCCI.pdf. Acesso em: 28 abr. 2015.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 023, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, maio/ago. 2003.

NOVAES, Regina. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude em Pauta**: políticas públicas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. A participação nas políticas públicas de juventude: caminhos trilhados, caminhos a construir. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude em Pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011.

STECANELA, Nilda. O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. **Conjectura**, v. 14, n. 1, jan./maio 2009.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. Organização da coleção e apresentação: Clarice Nunes. Posfácio: Marlos Bessa Mendes da Rocha. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Sociologia para jovens** – iniciação à sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

VEIGA, I. P. A. **A prática do professor de didática**. 3. ed. Campinas: Papyrus 1994.

VELHO, Gilberto. **Juventude, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea**. In. Culturas Jovens: novos mapas do afeto/ Maria Isabel Mendes de Almeida; Fernanda Eugênio (orgs.): - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. **DICIONÁRIO PAULO FREIRE**/ Danilo R. Streck, Euclides Redin, Jaime José Zitkoski (orgs.). – 3 ed. – Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2016.